



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR-CDC

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 374/2022

PROPONENTE: DEPUTADA ALESSANDRA CAMPELO

RELATOR: DEPUTADO SINÉSIO CAMPOS

Altera a redação da Lei nº 4.926, de 17 de setembro de 2019 (amplia o alcance da norma para os casos de assédio e importunação sexual).

I – RELATÓRIO

Encontra-se nesta relatoria, submete à apreciação desta Casa Legislativa e emissão de Parecer, do Projeto de Lei nº374/2022, de autoria da deputada Alessandra Campelo que Altera a redação da Lei nº 4.926, de 17 de setembro de 2019 (amplia o alcance da norma para os casos de assédio e importunação sexual).

O Projeto de Lei foi incluído em Pauta nas reuniões ordinária nos dias 10, 11 e 16 de agosto de 2023. Não recebeu emendas.

Em seguida, foi encaminhado à: 1. Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Constituição, Justiça e Redação; 2. Comissão de Assuntos Econômicos; 3. Mulher, Família e Idoso; para parecer acerca da matéria, tendo decidido de forma FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei ora mencionado.

Dando continuidade ao Processo Legislativo, a propositura chega a esta Comissão de Defesa do Consumidor, para análise dos aspectos previstos no artigo 27, VI, "a", do Regimento Interno.

Designado Relator, na forma regimental, passo a emitir parecer.

É o relatório.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS****COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR-CDC****II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

O Projeto em questão tem por finalidade aperfeiçoar a redação da Lei nº 4926, de 17 de setembro de 2019, ampliando o alcance da norma para os casos de assédio e importunação sexual, bem como prevendo aplicação de sanção em caso de descumprimento da norma pelos estabelecimentos que especifica.

A sensação de insegurança afeta sobremaneira as atividades diárias das mulheres, sendo necessário compreender como um problema social estrutural que requer envolvimento e responsabilidade de todos para enfrentá-lo.

A violência, o assédio, a importunação sexual e todos os demais crimes e abusos cometidos contra mulheres não escolhem lugar para serem cometidos, demandando esforços coordenados a fim de reduzir as situações de vulnerabilidades a que elas são expostas.

Destarte, o Projeto dá cumprimento ao disposto no artigo 25 §1º da Constituição Federal, bem como nos termos do artigo 33, caput da Constituição Estadual, pontuando não existir óbices à propositura da demanda que estabelecem para o Poder Público a competência concorrente para iniciativa sobre a matéria em questão, in verbis:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Art. 33. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Defensor Público-Geral e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Estando à proposição em harmonia com as exigências constitucionais e legais, por objeto lograr autorização legislativa, visando medidas para garantir o meio ambiente equilibrado.





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR-CDC

E em conformidade com outras normas jurídicas em vigor, e na qual se enquadra nos termos da lei complementar 95/1998 que Dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e a consolidação das leis.

III – VOTO

Dessa forma, as razões expostas neste Parecer, fundamentam a manifestação **FAVORÁVEL** dos Colegiados Técnicos que aqui se manifestam pela sua aprovação ao **Projeto de Lei nº 374/2022** na forma do substitutivo de autoria da Deputada Alessandra Campelo.

**S.R. DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO AMAZONAS, EM MANAUS, 11 DE
JULHO DE 2023.**

Deputado SINÉSIO CAMPOS

Relator





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS



Documento 2023.10000.00000.9.034463
Data 11/07/2023



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2023.10000.00000.9.034463

Origem

Unidade: DEP. SINESIO CAMPOS
Enviado por: RAYANE QUEIROZ PIMENTEL
Data: 11/07/2023

Destino

Unidade: COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
:

Despacho

Motivo: ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS

Despacho: ENCAMINHO PARECER DO PL 374/2022 - PROJETO DE LEI ORDINÁRIA
EMENTA: ALTERA A REDAÇÃO DA LEI Nº 4.926, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019 (AMPLIA O
ALCANCE DA NORMA PARA OS CASOS DE ASSÉDIO E IMPORTUNAÇÃO SEXUAL).
AUTOR: DEP. ALESSANDRA CAMPELO
RELATOR: DEP. SINESIO CAMPOS





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

DAN CAMARA - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 15:07:04

MARIO CESAR RODRIGUES BALDUINO (FAVORÁVEL) - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 14:19:13

